

# Proposta de formação de trabalhadores na UFMG

Eloisa Helena Santos<sup>1</sup>

## Resumo

O texto apresenta uma proposta de formação de trabalhadores construída em parceria entre o mundo da universidade e o mundo do trabalho com o objetivo de responder a uma demanda de formação de trabalhadores, em nível superior, que articule ensino, pesquisa e extensão e faça dialogar diferentes saberes, culturas e experiências, bem como, seus processos de legitimação.

**Palavras-chave:** estatuto epistemológico e político de saberes, saber acadêmico, saber do trabalho, formação de trabalhadores em nível superior, inclusão de trabalhadores na universidade.

## Résumé

Le texte présente une proposition de formation de travailleurs construite en partenariat entre le monde de l'université et le monde du travail avec le but de répondre à une demande de formation de travailleurs, au niveau supérieur, qui articule l'enseignement, la recherche et l'extension et fasse dialoguer différents savoirs, cultures et expériences, aussi bien, ses processus de légitimation.

**Mots-clés:** statut épistémologique et politique des savoirs, savoir académique, savoir du travail, formation de travailleurs au niveau supérieur, inclusion de travailleurs à l'université.

## Abstract

The text presents a proposal of the workers formation built in partnership with the University community and the working community with the objective of supplying a demand of workers formation at academic level; able to cope with teaching, research and extension studies, creating a dialogism among different knowledge, cultures and experiences, as well as their legitimization process.

**Keywords:** epistemological and political knowledge statute, academic knowledge, working knowledge, workers formation at academic level, the inclusion of workers in the University.

<sup>1</sup> Professora da Faculdade de Educação da UFMG.

## Introdução

Falar de uma proposta de formação de trabalhadores na universidade brasileira, hoje, pode parecer pleonasma, uma vez que, de um lado, grande parte de nossos alunos já são trabalhadores e, de outro, os demais são futuros trabalhadores. No entanto, o que estamos chamando de Proposta de Formação de Trabalhadores na UFMG tem forma e conteúdo que justificam uma clara demarcação dos processos formativos em curso na universidade, nos dias atuais, bem como, de seu público tradicional.

O que apresentaremos em seguida é uma proposta em construção; mais especificamente, o percurso trilhado para construir uma proposta que reúne vários atores e que se inspira nas contribuições da ergologia. A atividade desses atores em pesquisa, ensino e extensão tem configurado um espaço de experimentação de um novo projeto de universidade pública cujo fruto mais importante é a referida proposta.

Várias universidades públicas brasileiras têm se interessado, atualmente, em discutir e realizar ações inovadoras e de caráter inclusivo. No caso da UFMG, um bom exemplo desse interesse são duas iniciativas, já em curso, que buscam incluir negros — Projeto Ações Afirmativas — e índios — Programa Culturas Indígenas. Outra iniciativa importante é a criação do LEAT — Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares —, que se propõe a apoiar experiências cuja radicalidade acenam para uma nova concepção de universidade. Um outro exemplo é a realização de atividades voltadas para essa temática: o primeiro semestre de 2003 foi marcado por importantes eventos que se articulam com as iniciativas citadas. Dentre eles, destacamos os seminários “A UFMG, o mundo do trabalho e a inclusão social”,<sup>2</sup> “Ampliação do acesso à universidade pública”<sup>3</sup> e o “1º Seminário Internacional Trabalho e Educação: processos de produção e legitimação de saberes”.<sup>4</sup> Ainda que não haja consenso em torno de uma ou outra das iniciativas citadas, elas denotam, em si mesmas, um movimento no interior da comunidade acadêmica e seu interesse crescente num projeto de universidade diferente da que temos atualmente.

Se considerarmos, ainda, a ampla mobilização de um público exterior à universidade, podemos dizer que múltiplos setores da sociedade, e não somente a comunidade universitária, estão interessados e dispostos a se engajar na construção de políticas e estratégias que apontem alternativas para mudar um modelo de educação superior cristalizado e excludente, tanto pela barreira da entrada e permanência de parcelas importantes da população quanto pelo não-reconhecimento de culturas, saberes e experiências constitutivas do nosso patrimônio intelectual e industrial.

<sup>2</sup> Evento coordenado pelo NESTH — Núcleo de Estudos do Trabalho Humano —, a UNITRABALHO/MG, com a participação do NETE — Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação —, a Pró-Reitoria de Extensão, o CENEX/Engenharia, o projeto Pólos Reprodutores de Cidadania e o COLTEC — Colégio Técnico da UFMG.

<sup>3</sup> Organizado pela Reitoria da UFMG.

<sup>4</sup> Seminário organizado pelo NETE para dar subsídio à construção da Proposta de Formação de Trabalhadores na UFMG.

Algumas mais ousadas que outras, essas iniciativas apresentam semelhanças, mas também diferenças. Poderíamos apontar como traço comum o compromisso, em maior ou menor grau, com a incorporação de segmentos sociais tradicionalmente excluídos do acesso e da permanência no ensino superior público brasileiro, bem como de culturas e saberes outros que não os reconhecidos, valorizados e legitimados institucionalmente. Isso implica considerar outros saberes ou novos modos de fazer dialogar saberes que não aqueles reconhecidos, valorizados e legitimados pela chancela, pelo selo da comunidade científica, o que, sabemos é absolutamente revolucionário para o projeto de universidade pública que se tornou realidade no Brasil e que expressa a concepção de universidade construída historicamente pela sociedade ocidental moderna. São propostas ousadas que, por isso mesmo, encontram dificuldades de natureza variada para avançar.

No que diz respeito à Proposta de Formação de Trabalhadores na UFMG, em pauta neste texto, a maior dificuldade é dada pelo seu objetivo de incorporar, no nível do ensino superior,<sup>5</sup> trabalhadoras e trabalhadores — negros, pardos, índios e brancos — que têm uma trajetória de escolarização irregular, ou mesmo inexistente, mas que têm um patrimônio de saberes construído na sua experiência de trabalho e de vida e que, para fazer avançá-lo, demandam uma formação universitária por se considerarem aptos para realizá-la. Isso significa o quê? Significa incorporar à universidade alunos-trabalhadores que não concluíram os níveis anteriores de ensino por intermédio de uma entrada necessariamente diferente daquela do vestibular tradicional. Num país onde somente agora a educação fundamental começa a aparecer como direito para as crianças em idade escolar, onde o acesso ao ensino médio ainda é amplamente insuficiente e onde a Educação de Jovens e Adultos, no nível fundamental e médio, enfrenta barreiras inomináveis para se afirmar como política pública, esta proposta pode parecer um luxo, um desvio das tarefas mais essenciais de uma política educacional realista. Mas não é. Devemos partir do pressuposto de que a inclusão desse segmento faria avançar a produção do conhecimento universitário, inclusive aquele destinado a subsidiar a formulação e implementação das políticas educacionais.

Do ponto de vista social, trata-se de fazer justiça aos trabalhadores que produzem, mobilizam e organizam saberes que são hoje reconhecidos como fundamentais em toda a produção da vida e que viveram e ainda vivem a discriminação, a exclusão e o silêncio que lhes foram impostos por uma elite que se julga capaz de saber o que eles pensam, fazem, querem e do que necessitam.

Do ponto de vista político e epistemológico, trata-se de admitir que a produção do conhecimento acadêmico e a conseqüente construção de uma sociedade justa, solidária, avançada científica e tecnologicamente não pode

<sup>5</sup> Propostas com objetivos semelhantes já são desenvolvidas no âmbito da extensão universitária sem, contudo, jamais se desenvolverem no âmbito do ensino e da pesquisa, tal como é a nossa proposição.

prescindir do diálogo frutuoso entre todos os tipos e formas de saberes na perspectiva de compreender e responder às complexas transformações objetivas e subjetivas que se nos apresentam cotidianamente. Essa Proposta aglutina um grupo interessado na construção de uma série de produções teórico-práticas destinadas a articular, do ponto de vista dos trabalhadores, o mundo do trabalho e o da educação.

Apresentaremos, em seguida, a origem do problema que nos levou a propor uma formação diferenciada de trabalhadores na UFMG, bem como os parceiros envolvidos na construção da proposta e suas respectivas contribuições.

### **Origem da proposta**

Para não retomarmos toda a história de luta por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade, em âmbito internacional e nacional, situemo-nos nos anos 60. Nesse momento, os movimentos de trabalhadores, internacionalmente, criticavam o governo taylorista de organização e gestão do trabalho e da produção que introduzia uma racionalização do trabalho chamada "científica" e procurava cindir o inseparável: de um lado o pensar, a concepção, o comando, e, de outro, a execução e o fazer, respectivamente atribuídos a dois grupos distintos de saberes e de profissionais também valorizados diferentemente. Esses movimentos trabalhistas reivindicavam, conseqüentemente, o reconhecimento dos saberes que são produzidos, mobilizados e organizados no trabalho, fora da escola, fora da universidade, além de lutarem pelo acesso à educação.

No Brasil, na década seguinte, fazíamos a dura passagem da repressão à retomada e consolidação do movimento social. O tema do saber do trabalhador no trabalho que, desde os anos de 50, num diálogo com a educação popular, mobilizara trabalhadores em torno de experiências na grande maioria não-institucionalizadas, é resgatado. Com características militante e voluntária, elas envolvem, ainda, intelectuais e pesquisadores vinculados à educação, à sociologia (do trabalho especialmente), à economia, à ergonomia, à psicologia (do trabalho). Várias experiências de "formação profissional" realizadas por grupos vinculados ao movimento de trabalhadores, sindical ou não, às Comunidades Eclesiais de Base ou Pastorais, aos movimentos de bairro, à iniciativa de ex-militantes de organizações políticas ou de militantes de novos partidos de esquerda mostram não só o interesse, mas, também, a mobilização em torno dessa temática que questiona o estatuto epistemológico, político, social e cultural dos saberes e, ao mesmo tempo, chama a atenção para a necessidade de uma educação — básica ou profissional — que validasse os saberes produzidos, mobilizados, organizados pelos trabalhadores nas diversas situações de trabalho e de vida. Na mesma época, algumas universidades se abrem, no âmbito da pós-graduação, para receber candidatos a mestrados e doutorados com projetos gerados em experiências educacionais não-escolares.

Um grupo significativo de pesquisadores enfatiza o princípio educativo do trabalho e suas pesquisas subsidiam o debate e a construção de políticas e estratégias alternativas de valorização daquele patrimônio intelectual e industrial.

No entanto, as transformações que invadiram o mundo do trabalho e revelaram a perda de hegemonia do ideário taylorista, sobretudo a partir dos anos 80, trouxeram múltiplos e novos desafios, muitos deles causando impacto nesse movimento anterior. Apesar da continuidade de experiências importantes e da ampliação da discussão sobre a formação dos trabalhadores assumida pelo movimento sindical, vimos, ao longo do tempo, com muita tristeza, que a discussão em torno da temática do saber do trabalhador foi tomando rumos completamente diferentes daqueles traçados nas décadas anteriores.

Assistimos, nos últimos anos, a uma mudança de rumo que pode ser definida como uma substituição do interesse em torno do estatuto epistemológico, político, social e cultural dos saberes dos trabalhadores nas situações de trabalho por um outro voltado para o chamado "modelo de competências". Isto não quer dizer que a discussão da lógica da competência que preside esse modelo, nos dias atuais, não mereça atenção. O problema é que a abordagem dos saberes no trabalho pela via da competência tem apresentado dois destinos que interrompem o movimento anterior: ou ela aborda o saber do trabalhador na sua dimensão instrumental, própria ao pacote das competências exigidas pelas novas necessidades de racionalização do trabalho e que foram incorporadas pelas políticas educacionais brasileiras, ao longo da década de 90, no governo Fernando Henrique Cardoso; ou ela se esvazia na denúncia à estratégia capitalista de expropriação do saber e da subjetividade do trabalhador. Nesse processo, a discussão anterior é abafada, assim como, conseqüentemente, a possibilidade de construção de propostas radicalmente transformadoras, do ponto de vista político e epistemológico, dos processos de produção, legitimação, organização e socialização do conhecimento.

O foco nas competências produz um discurso que parece unívoco, embora represente segmentos sociais com interesses conflitantes: os saberes produzidos, mobilizados e organizados nas situações de trabalho ganham um valor desconhecido anteriormente e cada um dos trabalhadores passa a ser convocado para estabelecer uma nova relação — inicial ou continuada — com a educação, atributo que passa a definir a sua capacidade de entrar e permanecer no mercado de trabalho. Para os empresários, esse valor é determinado pela capacidade que esses saberes, agora reduzidos à lógica da competência, têm de cumprir os objetivos da produção. As políticas educacionais dos anos 90 abraçam essa lógica, que passa a presidir a formulação de estratégias e programas educacionais além dos próprios parâmetros curriculares nacionais. Até mesmo amplos segmentos de trabalhadores são cooptados por esse discurso, que camufla interesses antagônicos. Essa realidade impregna, ainda, o desenvolvimento de pesquisas e a produção do conhecimento acadêmico. Uma tendência instala-se e pode ser observada tanto nas escolhas



dos objetos de pesquisa pelos pesquisadores de diversas disciplinas e campos de conhecimento quanto nas práticas de consultorias realizadas por especialistas a órgãos públicos e privados. Ou seja, a problematização dos saberes dos trabalhadores voltada para a sua incorporação como condição *sine qua non* para um conhecimento não-mutilante do trabalho e das políticas educacionais é substituída pelo interesse em identificar e valorizar as chamadas competências requeridas pelo mundo da produção com o objetivo de definir políticas e estratégias educacionais, públicas e privadas, comprometidas com demandas estritamente definidas pelo mundo da produção.<sup>6</sup>

Esse claro desvio de rota ocorrido na década de 90 fragiliza ainda mais propostas e iniciativas que, embora bem-intencionadas e apresentando caráter transformador do *status quo* vigente, não incorporam na sua elaboração e implementação os segmentos de trabalhadores atingidos e interessados.

Pois bem, a Proposta de Formação de Trabalhadores na UFMG tem como pano de fundo o compromisso de trazer de volta essa discussão e, a partir daí, construir uma alternativa que atenda à demanda de legitimidade dos saberes produzidos, mobilizados e organizados nas mais diversas situações de trabalho, fazendo-os dialogar com os conhecimentos acadêmicos, por intermédio da incorporação de trabalhadores tanto na atividade de ensino quanto na pesquisa e na extensão, nas instâncias regulares da universidade.

### **A construção da proposta e os parceiros envolvidos**

A construção da Proposta de Formação de Trabalhadores na UFMG conta com a participação de três parceiros que têm realizado trabalhos conjuntos, representando segmentos variados e interesses comuns. São eles: o NETE – Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação – da Faculdade de Educação, que conta com o apoio da Engenharia de Produção, ambos da UFMG, a Escola Sindical 7 de Outubro, da CUT, e o Departamento de Ergologia da Universidade de Provence, França. A seguir, a contribuição de cada um deles.

### **O grupo de pesquisa em torno do saber do sujeito trabalhador**

No interior do NETE, há um grupo de professores e alunos composto de mestrandos e doutorandos da Faculdade de Educação e de outras unidades da UFMG, formadores da Escola Sindical 7 de Outubro e outros profissionais cujas trajetórias de pesquisa, profissional ou militante desenvolveram-se em torno do saber do trabalhador em situações de trabalho<sup>7</sup> e que realiza atividades

<sup>6</sup> Numa pesquisa em andamento, verificamos a hipótese de que, ultimamente, uma tendência a estudar os saberes no trabalho, do ponto de vista das competências, instalou-se no interior do campo que se interessa pela educação no Brasil, abandonando a perspectiva assinalada anteriormente. Numa primeira fase da pesquisa, essa tendência foi verificada na literatura francesa relativa à sociologia do trabalho e ergonomia.



conjuntas com o Departamento de Engenharia de Produção. Os produtos de suas pesquisas em forma de dissertações, teses e/ou artigos, ou suas atividades de trabalho ou militante têm incorporado as contribuições da ergologia que incidem tanto na análise dos dados empíricos quanto na formulação de propostas voltadas para a temática do saber do trabalhador, que serão apresentadas brevemente mais adiante. A Proposta de Formação de Trabalhadores na UFMG, aqui apresentada, resulta do esforço desse grupo de pesquisadores e do seu encontro com outros parceiros empenhados no mesmo desafio: a Escola Sindical 7 de Outubro e o Departamento de Ergologia da Universidade de Provence. Assim, o NETE procura mobilizar a produção de saberes acadêmicos articulados aos saberes do trabalho, a Escola Sindical traduz, de maneira viva, a demanda dos segmentos de trabalhadores por uma formação universitária e o Departamento de Ergologia inspira e impulsiona o nosso trabalho.

Várias atividades que têm como horizonte a construção da proposta de Formação de Trabalhadores na UFMG compõem o trabalho do grupo de pesquisa em torno do saber do sujeito trabalhador. Dentre elas, a mais recente aconteceu em maio de 2003, o 1<sup>o</sup> Seminário Internacional Trabalho e Educação: processos de produção e legitimação de saberes, organizado pelos parceiros elencados anteriormente. A oferta de uma disciplina na pós-graduação da Faculdade de Educação intitulada "Sujeito, Trabalho e Educação", durante os últimos três semestres, mobilizou o grupo de pesquisa em torno do evento e possibilitou o aprofundamento dos estudos em torno dos conceitos de sujeito, trabalho, saber e relação com o saber, aliando conceito e experiência e fazendo valer, em última instância, a idéia do dispositivo a três pólos criado pela ergologia.<sup>8</sup> O grupo destina um grande espaço nas suas discussões e produções às conexões com o saber do trabalhador nas situações de trabalho, assim como seu estatuto epistemológico, político, social, cultural e subjetivo. Outra atividade significativa é o curso de extensão no âmbito da UFMG — "Expedições ao Mundo do Trabalho" —, coordenado pela Escola Sindical 7 de Outubro. O objetivo dessa atividade é proporcionar uma leitura do mundo do trabalho a partir de visitas a múltiplos espaços, a alunos e trabalhadores oriundos de diferentes instituições. O conjunto de atividades realizadas pelo grupo tem, no horizonte, o compromisso com uma espécie de observatório atento a todas as discussões em torno da temática do saber do trabalhador, à sua divulgação, à

<sup>7</sup> Cf. SANTOS, Eloisa. *Le savoir en travail; l'expérience de développement technologique par les travailleurs d'une industrie brésilienne*, 1991. VERÍSSIMO, M. *Escolarização na empresa; contradições que possibilitam novos sentidos e significações* (Dissertação de Mestrado, UFMG, 2000). SOUSA, Deise. *Trabalho e educação; o ponto de vista de alunos-trabalhadores do ensino médio noturno* (Dissertação de Mestrado, UFMG, 2000). VIEIRA, Luiz H. *Adesão e recusa à transformação da organização do trabalho docente* (Dissertação de Mestrado, UFMG, 2003). DINIZ, Margareth. *A relação com o saber das mulheres professoras* (Tese de Doutorado em andamento, UFMG). BERNARDES, Lúcia. *A subjetividade como objeto de estudo da Psicologia em seus diálogos com o mundo do trabalho* (Tese de Doutorado em andamento, UFMG). SANTOS, Geraldo. *Estratégias de produção de saberes utilizadas pelos ferramenteiros de uma indústria metalúrgica* (Dissertação de Mestrado em andamento, UFMG).

<sup>8</sup> Conforme será explicitado mais adiante.



articulação com pessoas e grupos que tenham interesse no mesmo tema, ações marcadas pelo intuito de produzir subsídios e estimular a formulação de políticas na área de educação e, mais especialmente, na área de educação profissional.

O trabalho conjunto entre o NETE e a Escola Sindical 7 de Outubro ganha consistência a partir, sobretudo, do ano de 2000, quando a Faculdade de Educação estabelece um termo de cooperação com a Escola. A partir daí, temos nos encontrado sistematicamente, tentando construir e fazer avançar o trabalho conjunto. Nesse percurso, identificamos interesses comuns, também, com um professor<sup>9</sup> do Departamento de Engenharia de Produção da UFMG, que veio “engrossar” a nossa discussão ao trazer as contribuições da ergonomia e a participação de seus alunos.

### **A Escola Sindical 7 de Outubro e a demanda dos trabalhadores<sup>10</sup>**

Desde seu projeto pedagógico original, a Escola Sindical 7 de Outubro, vinculada à CUT, desenvolve o eixo estratégico “educação e trabalho”, focalizando o princípio educativo do trabalho que supõe o fazer cotidiano como base da produção de seres humanos, de seu conhecimento sobre o mundo, sobre as pessoas e suas relações e detendo-se sobre as múltiplas e complexas dimensões da formação humana. Nesse sentido, a educação integral — formação política, sindical, escolar e profissional — é entendida como um direito dos trabalhadores.

Ao longo dos seus 15 anos de existência, a Escola aprofundou essa concepção inicial: o direito dos trabalhadores à educação não se restringe ao acesso, mas significa também o direito ao certificado, que possui um valor social estratégico; direito a ter seu saber reconhecido e legitimado, de ter sua condição de trabalhador reconhecida nas definições dos objetivos, organização, currículo, metodologia, avaliação e tempo dos processos formativos. Isso implica reconhecer as especificidades do trabalho urbano e rural, o que levou ao projeto Semear, que será relatado mais adiante. Enfim, direito de definir a política educacional.

Essa perspectiva de articulação entre educação e trabalho veio se concretizando na Escola Sindical e sua predominância no campo da escolarização de jovens e adultos trabalhadores ocorreu em 1991, quando a Escola realizou ações de intercâmbio com um instituto de cooperação internacional do movimento sindical italiano, denominado Iscos. O movimento sindical italiano já contava, à época, com uma experiência de negociação para garantia do direito à educação aos metalúrgicos e metalúrgicas. O projeto denomina-se “150 horas” e assegura aos trabalhadores a liberação desse total de horas, anualmente, para investimento em qualquer processo educativo — educação escolar, profissional, cursos de extensão. Ao mesmo tempo em que

<sup>9</sup> Prof. Francisco Lima.

<sup>10</sup> Esta apresentação da Escola Sindical 7 de Outubro foi extraída da intervenção de José Eustáquio de Brito no 1º Seminário Internacional Trabalho e Educação: processos de produção e legitimação de saberes e da contribuição de Shirley Aparecida Miranda, ambos formadores da Escola Sindical.





as empresas devem garantir essa liberação, o Estado deve encarregar-se de assegurar o acesso à educação básica e a promoção de outras demandas dos trabalhadores.

Essa experiência inspirou o Projeto de Educação de Trabalhadores (PET) realizado numa escola da Rede Municipal de Ensino, numa parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte. Em sua primeira formulação, o projeto propunha elaborar uma ação político-pedagógica de educação de trabalhadores, tratando o ato educativo a partir das dimensões constitutivas do mundo adulto, focalizando o trabalho e a cultura; propunha sensibilizar dirigentes sindicais para demandas relacionadas à luta pelo direito à educação; promover o intercâmbio com dirigentes de sindicatos italianos para trocas de experiência na área da educação popular.

O reconhecimento dessa experiência pela sociedade civil e sua influência nas definições de política educacional para a educação de jovens e adultos credenciam a Escola 7 para a disputa de políticas sociais que garantam os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Ao mesmo tempo, revelam o sentido de a Central Única dos Trabalhadores e de uma Escola Sindical desenvolverem projetos de educação escolar.

Além da experiência do PET, a Escola realiza cursos voltados para um público diversificado, com uma trajetória escolar irregular. Dada a natureza desses cursos, a Escola 7 viveu, ao longo desses anos, a impossibilidade de certificar os trabalhadores que deles participam. Geralmente, são cursos de curta duração, trabalhos mais intensivos em torno de um tema, para os quais não é possível oferecer uma certificação que possa ser legitimada pelas instituições tradicionalmente responsáveis pela legitimação de saberes. A Escola oferece certificados de participação que têm uma validade importante para o grupo, mas que não respondem a uma demanda fundamental, qual seja, a de apresentar-se como credencial para outros níveis de formação. Diante dessa dificuldade, a Escola tem procurado respostas. Uma delas foi vivenciada no projeto Semear, desenvolvido nos últimos anos em vários municípios de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, com um público de trabalhadores rurais que, durante três anos, participou de um processo de formação profissional aliado à escolarização no âmbito da educação fundamental. Para viabilizar a certificação dos formandos, a estratégia encaminhada foi a negociação de uma política pública de educação de jovens e adultos junto aos vários municípios que sediaram o curso com os trabalhadores rurais. Ao final dessa negociação, que deveria culminar com uma certificação por parte do poder público local, ocorreu um processo de discriminação importante em relação à trajetória de formação. Foram estabelecidos alguns convênios, por exemplo com prefeituras, mas que, em sua maioria, não possibilitaram certificar os alunos participantes do processo que aliou formação regular no ensino fundamental, formação profissional e uma capacitação específica para a negociação coletiva na área de saúde, dos direitos dos trabalhadores rurais, de uma política pública para o



trabalho no campo. A experiência do Semear confirmou a grande dificuldade para fazer com que os saberes que os trabalhadores constroem na sua experiência de trabalho e de vida sejam de fato legitimados.

Embora usufrua de um grande reconhecimento por parte dos seus parceiros nacionais e internacionais, a Escola, infelizmente, tem sofrido uma limitação muito grande no que diz respeito à impossibilidade de fazer com que a trajetória de formação que é proporcionada pelos seus cursos seja de fato legitimada e reconhecida como tal: que os saberes mobilizados e articulados às atividades de formação tenham um estatuto de saber legitimado e certificado pela instituição escola.

É essa dificuldade e o desafio de superá-la que constituiu a demanda apresentada ao NETE/Faculdade de Educação da UFMG, objeto do convênio celebrado entre as duas instituições. Por seu intermédio, há um esforço de desenvolvimento de uma parceria que envolve outros atores, como já foi mencionado, e cujo objetivo é dar uma resposta à altura desse desafio para a formação de trabalhadores, de um lado, e para a produção de conhecimento acadêmico não-mutilante, de outro.

A resposta a esse desafio, que é enorme, guarda uma vinculação muito grande com o momento em que vive o Brasil de hoje. Trata-se de um momento de democratização das nossas instituições políticas, principalmente agora que temos um governo com um projeto democrático-popular, mas que, no entanto, tem muito a avançar no que diz respeito sobretudo à democratização das relações de trabalho, à democratização da vida dos trabalhadores, da convivência dos trabalhadores em seus locais de trabalho. Os trabalhadores inseridos nos espaços produtivos percebem mais fortemente a existência do não-reconhecimento de saberes, o que os leva, muitas vezes, a situações de adoecimento e torna imperativo fazer com que esses espaços sejam democratizados.

A proposta de Formação de Trabalhadores na UFMG tende a avançar nessa direção ao fazer com que o saber do trabalhador, ao ser legitimado, abra um leque mais amplo de interlocução que faça fazer valer os seus direitos. No exemplo recente de diplomação do presidente Lula pelo Supremo Tribunal Eleitoral, quando ele se referiu ao preconceito que sofre o trabalhador, o presidente foi porta-voz, naquele momento, de milhões de trabalhadores que também, ao longo da sua vida, foram e vêm sendo discriminados.

Uma proposta que tenha a intenção de valorizar, legitimar e certificar saberes, fazendo com que a universidade se abra para um outro mundo para o qual suas portas sempre estiveram fechadas, ainda é muito frágil na universidade e na sociedade brasileira. No entanto, caminhar no sentido de construí-la é contribuir para que a temática da inclusão vá, de fato, incorporando os múltiplos segmentos da população brasileira, que, ao longo desses 500 anos, foi excluída dos mais variados espaços. Isto é um pouco da utopia do projeto que estamos construindo.

## O Departamento de Ergologia da Universidade de Provence: uma inspiração permanente

O encontro entre o NETE e a Escola Sindical 7 de Outubro foi enriquecido com o intercâmbio com a equipe do Departamento de Ergologia da Universidade de Provence, coordenada pelo prof. Yves Schwartz. Por seu intermédio, temos incorporado o referencial teórico-conceitual da ergologia,<sup>11</sup> bem como a experiência do departamento de incorporação de trabalhadores com trajetória escolar irregular nas suas atividades de ensino e pesquisa. Desde o início dos anos 80, a equipe do atual Departamento de Ergologia vem realizando, e agora já tem consolidada, uma experiência de incorporação de trabalhadores com percursos escolares irregulares nos cursos universitários, em nível de graduação e pós-graduação, juntamente com outros alunos de percurso escolar regular. Além de realizarem as atividades de ensino, esses alunos-trabalhadores são introduzidos em projetos de pesquisa realizados pela equipe. A legislação educacional francesa estimula a equivalência de saberes em substituição aos diplomas do ensino regular, mas nem todas as universidades se interessam em implementá-la. O Departamento de Ergologia da Universidade de Provence o faz, e essa experiência tem possibilitado o avanço teórico-conceitual no campo da ergologia.

A disciplina ergológica nascida dessa experiência e formulada sob a coordenação do prof. Yves Schwartz propõe a criação de novas relações de confrontação e cooperação entre os lugares de produção e difusão de saberes e os lugares da atividade industrial. O pressuposto é que o conhecimento sobre a atividade em geral e a atividade de trabalho em particular será sempre mutilante se excluir do seu processo de produção os sujeitos que as realizam. Esse pressuposto assenta-se em quatro princípios antropológicos universais: 1) há uma diferença entre o prescrito e o real em toda situação de trabalho, em toda atividade; 2) essa diferença é espaço de expressão de sujeitos singulares que, permanentemente, realizam ressingularizações e renormalizações de normas antecedentes; 3) é impossível antecipar o conteúdo da diferença entre o prescrito e o real presente em toda situação de trabalho/atividade; 4) a expressão de singularidades permanentemente renormalizadoras supõe escolhas e, portanto, é marcada por um debate de valores realizado pelo sujeito. Daí decorre a proposta do dispositivo a três pólos que estrutura o Departamento de Ergologia e inspira a nossa Proposta de Formação de Trabalhadores na UFMG. O primeiro pólo é aquele dos saberes disponíveis, "desengajados", composto pelas múltiplas disciplinas com seus saberes descontextualizados — os conceitos, enfim. O segundo pólo é composto pelos saberes da experiência, portanto, saberes "engajados", contextualizados. Finalmente, o terceiro pólo designa ao mesmo tempo uma disposição científica e ética, uma vez que parte do desconforto intelectual, ético e social daqueles que, na sua atividade docente, têm que responder às questões relativas a "o que ensinar" e

<sup>11</sup> Cf. SCHWARTZ. *Le paradigme ergologique ou un métier de Philosophe* e "A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes", este último com tradução de Eloisa Helena Santos e Daisy Moreira Cunha.

"como ensinar".

### **Para finalizar**

Desde 1998, o trabalho conjunto entre a UFMG e a Escola Sindical 7 de Outubro, assim como as trocas realizadas com a equipe da Universidade de Provence, tem contribuído para fazer avançar a proposta de Formação de Trabalhadores na UFMG. A ergologia pavimenta o solo onde nos apoiamos para propor uma educação que faça dialogar saberes de natureza diferente e que incorpore segmentos tradicionalmente excluídos, reconhecendo neles interlocutores fundamentais para fazer avançar a articulação entre a educação e o trabalho e, mais especialmente, a produção do conhecimento científico e tecnológico. No entanto, temos consciência de que essa proposta alternativa de formação de trabalhadores que busca fazer equivaler experiência de trabalho e de vida com percursos escolares irregulares não substitui e nem supre a demanda legítima por uma política educacional que proporcione à população brasileira educação regular de qualidade nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

### **Referências Bibliográficas**

SANTOS, Eloisa. Processos de produção e legitimação de saberes: uma vertente de pesquisa no interior do campo de estudos sobre trabalho e educação. In: GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira (org.). *Currículo e políticas públicas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SCHWARTZ, Yves. *Le paradigme ergologique ou un métier de Philosophe*. Toulouse: Octarès, 2000.

SCHWARTZ, Yves. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. Belo Horizonte: NETE, n.7, 2000.

